



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 8 de abril de 2026

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Na terça-feira	Dólar Últimos	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,05% São Paulo	187.461	R\$ 5,155 (+ 0,17%)	31/março 5,178 1º/abril 5,156 2/abril 5,159 6/abril 5,146	R\$ 1.621	R\$ 5,976	14,65%	14,61%	Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70
0,18% Nova York	188.258							
	1/4 2/4 6/4 7/4							

CONSUMO

FGTS pode ser usado para negociar dívidas

Em reunião com ministros, Lula pediu alternativas para melhorar o endividamento, que já atinge 80,4% das famílias

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu, ontem, ministros da área econômica para discutir formas de reduzir o endividamento das famílias, que vem batendo recordes sucessivos nos últimos meses. Ontem, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgou o mais recente levantamento, mostrando que 80,4% das famílias brasileiras estavam endividadas em março — o maior índice da série histórica. Em março de 2025, esse percentual era de 77,1%.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) referente a março mostra, ainda, que 29,6% das famílias possuem dívidas atrasadas. A fatia de famílias brasileiras afirmando que não terão condições de pagar suas dívidas em atraso, ou seja, que permanecerão inadimplentes, encolheu de 12,6% em fevereiro para 12,3% em março.

Segundo a CNC, o endividamento deve seguir em alta até que os efeitos do recente ciclo de cortes na taxa básica de juros, a Selic, cheguem efetivamente ao consumidor final.

“A elevada taxa Selic é, há meses, um desafio para quem empreende e para quem consome”, manifestou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, em nota. “A redução gradativa dos juros começou, mas ainda vemos um aumento do nível de famílias endividadas, pois levaremos meses até que o alívio do aperto monetário faça efeito.”

A pesquisa considera como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal,

Divulgação/Ministério da Fazenda



Após reunião com Lula, o ministro foi à Câmara falar da pauta econômica, que inclui pacote para endividados

cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

Popularidade

Na avaliação do Planalto, o endividamento impede que resultados econômicos positivos, como o aumento da renda e a queda do desemprego, melhorem a popularidade do presidente. Por isso, Lula tem pressa para apresentar uma solução.

O plano, no momento, é anunciar um programa para renegociar dívidas de cartão de crédito,

cheque especial e empréstimos pessoais, que podem ser unificados. O desconto na dívida pode chegar a até 80%, e o restante pode ser renegociado com taxas de juros menores. Serão priorizados brasileiros com renda de até três salários mínimos (R\$ 4.863). O governo estuda ainda abrir renegociações para quem tem renda mais alta, mas que está comprometida com o pagamento de dívidas. A proposta está sendo construída em diálogo com representantes do setor financeiro, incluindo a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que apresentou ao presidente o desenho do que podem ser as medidas contra o endividamento das famílias. Ele não quis adiantar quais serão as propostas nem quando devem ser anunciadas, apesar de citar “próximos dias” ao ser perguntado.

“A gente tratou com o presidente hoje sobre. Foi uma primeira apresentação do desenho das medidas como um todo. A gente já fez uma primeira reunião com ele sobre o diagnóstico que a gente tem da correlação entre a taxa de juros

e o endividamento das famílias”, afirmou o ministro.

Ele conversou com jornalistas após participar de um almoço na Câmara dos Deputados com a bancada do PT na Casa. Segundo ele, a conversa com os parlamentares foi no sentido de apresentar o que o governo já fez pela economia e como fazer chegar esse bom momento à população.

Ainda sobre as medidas contra o endividamento, ele adiantou que deve haver mais de uma linha de renegociação de dívidas como para pessoas físicas, MEIs, famílias, pequenas empresas e trabalhadores informais, por exemplo.

Estaria em discussão também uma forma de limitar que essas pessoas que tivessem as dívidas renegociadas e ganhassem descontos fossem impedidas de contrair novas dívidas com certos estabelecimentos como as bets. “Não tem prazo. Nós estamos terminando de fechar com o presidente. Nos próximos dias a gente termina de apresentar e anunciar em detalhes”, declarou.

Perguntado, Durigan não descartou um uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nessas medidas. Disse, entretanto, que os potenciais riscos



Nós estamos avaliando isso com o Ministério do Trabalho, que tem uma preocupação com a rigidez do FGTS. Então, ao se fazer uma análise, se a gente achar razoável uma utilização pra refinanciamento de algumas dívidas, isso vai ser admitido”

Dario Durigan, ministro do Trabalho

para o fundo estão em análise interministerial.

“Nós estamos avaliando isso com o Ministério do Trabalho, que tem uma preocupação com a rigidez do Fundo de Garantia. Então, ao se fazer uma análise, se a gente achar razoável uma utilização pra refinanciamento de algumas dívidas, isso vai ser admitido”, completou o ministro.

Cobranças

Lula vem cobrando soluções rápidas de seus auxiliares, publicamente. Durante evento em Anápolis no final de março, o presidente citou Durigan e disse que deve anunciar medidas em breve. “Eu pedi ao meu ministro da Fazenda que a gente precisa tentar resolver esse problema da dívida das pessoas. Eu não quero que as pessoas deixem de se endividar para ter uma casa nova na vida, não estou pedindo isso. O que nós queremos é ver como a gente faz para facilitar o pagamento daquilo que vocês devem, e como a gente pode começar, eu diria, a colocar na televisão uma política de ensinamento, de administrar o nosso salário”, declarou. (Com Agência Estado)

REDUÇÃO DE JORNADA

Votação da escala 6x1 fica longe da urgência

» IAGO MAC CORD

O presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) afirmou, ontem, que, conforme sinalização do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), o Palácio do Planalto teria desistido de enviar um projeto de lei próprio com urgência constitucional para tratar da redução da escala 6x1. Segundo o parlamentar, o governo preferiu pactuar com a tramitação das Proposta de Emenda à Constituição (PEC) já existentes, caminho mais longo para se chegar à aprovação da matéria.

Principal aposta do governo nesse período pré-eleitoral, a PEC deverá ter sua admissibilidade votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara na próxima semana.

Motta afirmou que o cronograma prevê a criação imediata de uma comissão especial após essa etapa, com o objetivo de levar o texto à votação em Plenário até o fim do mês que vem.

“Nós iremos analisar a matéria por projeto de emenda à

Constituição. A admissibilidade deverá ser votada na próxima semana na CCJ. Imediatamente, criaremos a comissão especial para trabalharmos a votação em plenário até o final do mês de maio, dando oportunidade para todos os setores se manifestarem”, descreveu Motta.

A proposta que seguirá o rito legislativo é fruto da junção de textos apresentados pelos deputados Reginaldo Lopes (PT-MG) e Erika Hilton (PSol-SP). O objetivo central é reduzir a carga horária semanal dos atuais 44 horas para um limite de 36 horas, estabelecendo um modelo de quatro dias de trabalho por três de descanso — escala 4x3.

Antes do recuo mencionado por Motta, o governo havia sinalizado a intenção de defender uma jornada de 40 horas semanais, com dois dias de folga e sem redução salarial, mas o presidente da Câmara Baixa reforçou que a manutenção da PEC foi o caminho pactuado para garantir um calendário estável e tempo para que todos os setores se manifestem.

“Durante o final de semana, eu expressei que nossa posição seria

Marina Ramos/AC



Hugo Motta disse ter ouvido de Guimarães, na reunião de líderes, a informação de que o Planalto desistiu do PL

manter a tramitação da PEC. Eu penso que o governo compreendeu que esse seria o melhor caminho. E mesmo o compromisso de manter o calendário estabelecido”, afirmou o parlamentar.

Enquanto isso, o setor produtivo — representado por entidades como a Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional

do Comércio, Confederação Nacional da Agricultura e Confederação Nacional do Transporte — manifestou preocupação em audiência na CCJ. Essas organizações argumentam que a redução drástica da jornada pode elevar os custos operacionais, prejudicar a competitividade das empresas e impactar negativamente

a geração de novas vagas de emprego.

“O que nós precisamos é ter muita sabedoria para ouvir também o setor produtivo, ouvir quem emprega e com isso termos uma proposta que traga, sim, o avanço e não represente nenhum retrocesso para o nosso país”, destacou Motta no fim do mês passado.

» Cade investiga postos

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (SG/Cade) instaurou Inquérito Administrativo para investigar se dirigentes dos sindicatos de revendedores de combustíveis dos estados da Bahia, de Minas Gerais, do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul atuaram para combinar aumento de preços. O Cade já possui investigação aberta em relação ao sindicato do Distrito Federal. Segundo representação realizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, os dirigentes dos sindicatos realizaram declarações públicas que sinalizavam reajustes de preços, o que pode implicar no aumento coordenado pelos revendedores de combustíveis. Segundo o Cade, a sinalização pública de preços tem sido objeto de preocupação de diversas autoridades de defesa da concorrência, uma vez que podem resultar no aumento de preços de produtos e serviços de maneira coordenada.